

continuação obrigação legal até a conclusão da sentença.

(c) Obrigações tributárias	2017	2016
IRRF terceiros a recolher	12.275	10.561
PIS, Cofins e CSLL	646	804
ISS - Impostos sobre serviços	79	95
Obrigações tributárias em contestação judicial	675	598

11. Empréstimos e Financiamentos: Representam empréstimos e financiamentos como segue:

Instituição	Taxa mês	Tipos	Garantias	Vecito	Curto Prazo	Longo Prazo	2017	2016
Santander	1,85%	Capital de giro	(b)	17/12/2018	10.958	-	10.958	20.289
Santander	1,32%	Capital de giro	(a)	03/08/2018	1.417	-	1.417	3.184
Mútuos	-	Diversos	(c)	-	2.164	-	2.164	2.137
Provisão de juros	-	-	-	-	17.181	-	17.181	-
Juros a transcorrer	-	-	-	-	(17.181)	-	(17.181)	-
Total	-	-	-	-	14.539	-	14.539	25.610

(a) Aval da diretoria; (b) Receita do SUS; (c) Valor a pagar ao Instituto das Irmãs Santa Marcelina/Rasts Itaquera; 12. Renúncia Fiscal - Isenções Previdenciárias Usufruídas: Em atendimento ao parágrafo 2º do artigo 11º da Lei n.º 12.101, de 27/11/2009, são demonstradas a seguir, os valores relativos a isenções previdenciárias, como se devido fosse, gozadas durante o exercício de 2017.

Descrição	2017	2016
Ordenados e salários.	987.140	734.194
(*) Percentual de contribuição (a)	27,80%	27,80%
Subtotal	274.425	204.106
Serviços prestados por pessoa física (autônomos inclusive médicos)	11.185	8.515
Percentual de contribuição devida (b)	20,00%	20,00%
Subtotal	2.237	1.703

Total devido caso a entidade não gozasse de isenção (a) + (b) = 276.662 205.809
 (*) INSS 20%, SESC 1,5%, SENAC 1%, SEBRAE 0,60%, INCRA 0,20%, Sal-educacão 2,5% e seguros contra riscos e acidentes 2%. **13. Provisão para Contingências:** Constituída pela Administração, de acordo com a avaliação de risco elaborada pela assessoria jurídica na data do balanço, nos diversos processos de natureza trabalhista, cível e fiscal que a Entidade figura como ré. A entidade de acordo com o CPC 25 contabiliza perdas classificadas como prováveis, cujos montantes estão assim representados:

Descrição	2017	2016
Reclamações trabalhistas	2.100	3.535
Processos cíveis	167	33
Acordo de contingências	1.778	-
Contingências no passivo circulante	4.045	3.568
Reclamações trabalhistas	7.151	5.722
Processos cíveis	10.272	10.920
Outros - Auto de infração Receita Federal	8.821	-
Contingências no longo prazo	26.244	16.642
Total	30.289	20.210

14. Receitas a Apropriar: a) Verbas e Subvenções a Aplicar: Refere-se a recursos recebidos para custeio e investimentos como segue:

Descrição	2017	2016
Verbas a aplicar (a)	17.270	25.572
Verbas a aplicar - Pronon(d)1	558	1.295
Verbas aplicadas (b)	46.569	42.754
Subtotal	64.397	69.621
Contrapartida receitas (6.946)	(6.946)	(5.552)
Subtotal (1)	57.451	64.069
Verbas a aplicar - custeio	14.428	6.994
Recursos públicos a devolver (c)	809	812
Subtotal (2)	15.237	7.806
Total	72.688	71.875

(a) Verbas de investimentos a aplicar. (b) Verbas de investimentos aplicadas, cujo reconhecimento da receita esta sendo efetuado em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo. (c) Recursos públicos a devolver para a Secretaria Municipal de Saúde referente aos convênios que foram encerrados. (d) Recursos recebidos para custeio. **B) Adiantamentos - Contratos Bancários:** Em 2011 a Entidade assinou contrato de parceria com duas instituições financeiras, relativo aos postos de atendimentos bancários e serviços de pagamentos, com prazo de duração de cinco anos. Pelo contrato a

Convênios Secretaria Municipal de Saúde - São Paulo

Origem da verba	Convênio Custeio
Prefeitura Municipal de São Paulo	R11/2015
Prefeitura Municipal de São Paulo	R10/2015
Prefeitura Municipal de São Paulo	TA 19/2017

17. Verbas para Custeio Reconhecidas no Passivo: Os valores recebidos referentes a verbas para custeio classificadas no passivo em 2017 (a serem aplicadas nos projetos), de acordo com a Resolução CFC Nº 1.143/08, que aprovou a NBC T 19.4 - Subvenção e Assistência Governamentais (CPC 07) foram:

Origem	Descrição	2017
Secretaria do Estado da Saúde	001/PGE/2017 - porto velho	1.552
Secretaria do Estado da Saúde	004/PGE/2016 - porto velho	150
Secretaria do Estado da Saúde	008/PGE/2017 - porto velho	200
Secretaria do Estado da Saúde	005/DER/2017 - porto velho	150
Secretaria do Estado da Saúde	065/DER/2017 - porto velho	110
Ministério da Saúde	810658/2014	69
Ministério da Saúde	825805/2015	300
Ministério da Saúde	825875/2015	478
Ministério da Saúde	834060/2016	450
Secretaria do Estado da Saúde	TA 793/2016	20.622
Secretaria do Estado da Saúde	TA 649/2016	8.464
Secretaria do Estado da Saúde	TA 568/2016	12.226

Parecer do Conselho Econômico e Fiscal
A Diretoria, O Conselho Fiscal da Casa de Saúde Santa Marcelina, em reunião realizada nesta data, cumprindo o que determinam os itens II, III e VII do artigo 163 da Lei 6.404/76, e no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Contábeis e Financeiras da Casa de Saúde Santa Marcelina referente ao exercício social

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis
À Diretoria e Associadas da Casa de Saúde Santa Marcelina - São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Casa de Saúde Santa Marcelina, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Casa de Saúde Santa Marcelina em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** *Demonstrações do valor adicionado:* Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir opinião sobre as demonstrações contábeis básicas requeridas no parágrafo inicial, tomadas em conjunto. Adicionalmente, examinamos a Demonstração do Valor Adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a qual esta sendo apresentada com o propósito de permitir análises adicionais, não

Outros	20	21
Total Circulante	13.695	12.079
Descrição	2017	2016
Deposito Judicial Estadual e Municipal	674	1.062
Outros	509	-
Total - Não Circulante	1.183	1.062

Descrição	2017	2016
Banco Santander	1.542	3.085
Banco Itaú	2.925	3.825
Total	4.467	6.910

c) Totalização da Conta

Descrição	2017	2016
a) Verbas e subvenções a aplicar	72.688	71.875
b) Adiantamentos - Contratos bancários	4.467	6.910
Total	77.155	78.785

Entidade recebeu o total de R\$ 11.250 mil. Em 2013 houve aditamento em um dos contratos, onde foi recebido mais R\$ 4.000 mil, e prorrogado o prazo de vigência para dezembro de 2018. Em 2016 assinou novo contrato com o Banco Itaú no valor de R\$ 4.500 com vigência de 5(cinco) anos. Os montantes recebidos vêm sendo apropriados mensalmente ao resultado, durante o prazo de vigência dos contratos, R\$ 2.442 mil em 2017. O contrato prevê ainda a devolução das quantias pagas, caso a Entidade venha a rescindir-lo de forma antecipada, e de devolução parcial daquele montante, dependendo do prazo remanescente para o término de vigência dos contratos.

Descrição	2017	2016
Banco Santander	1.542	3.085
Banco Itaú	2.925	3.825
Total	4.467	6.910

15. Receitas: 15.1 - SUS, Convênios e outras

Descrição	2017	2016
SUS - Sistema Único de Saúde / Campanhas	187.835	205.904
Convênios empresas	4.808	4.808
Particulares	398.547	391.778
Glosas	(6.769)	-
Total	391.778	391.778

15.2 - Contratos de gestão e outros

Origem	Termo aditivo	Tipo	2017
SES - (TA 01/17)	Hospital	Verba de Custeio OSS Itaim Paulista	125.678
SES - (TA 01/17)	Hospital	Verba de Custeio OSS Itaquaquecetuba	122.198
SES - (TA 03/17)	Hospital	OSS Itaquaquecetuba	2.800
MS - 855962/2015	Hospital	Verba de Custeio Porto Velho	371
Conv 001/PGE/2017	Hospital	Verba de Custeio Porto Velho	1.156
Conv 008/PGE/2017	Hospital	Verba de Custeio Porto Velho	119
MS - 825805/2015	Hospital	Verba de Custeio Porto Velho	149
MS - 825875/2015	Hospital	Verba de Custeio Porto Velho	340
SES - (TA 01/16)	AME	Verba de Custeio	27.456
Subtotal			280.267
Convênio 793/2016	Hospital	Hospital Santa Marcelina-Custeio	20.635
Convênio 649/2016	Hospital	Hospital Santa Marcelina-Custeio	8.471
Convênio 568/2016	Hospital	Hospital Santa Marcelina-Custeio	11.520
Convênio 097/2016	Hospital	Hospital Santa Marcelina-Custeio	368
Convênio 451/2016	Hospital	Hospital Santa Marcelina-Custeio	520
Convênio 072/2016	Hospital	Hospital Santa Marcelina-Custeio	3.063
Convênio 801953	Hospital	Marcelina-Projeto Also	1.608
SES - (TA 01/16)	Hospital	Hospital Santa Marcelina-Custeio	200
Subtotal			46.385
Total			326.652

16. Verbas e Subvenções Recebidas: No decorrer do exercício de 2017 foram apropriados nas suas respectivas competências os seguintes recursos:

Discriminação	2017	
RASTS Itaquera. Guaianases e Cidade Tiradentes	285.589	
RASTS São Miguel e Itaim Paulista	179.310	
Hospital Cidade Tiradentes	131.641	
Subtotal	596.540	
Secretaria do Estado da Saúde	TA 551/2017	2.000
Total	46.771	

18. Verbas Para Investimentos Reconhecidas no Passivo: Os valores recebidos referentes a verbas para investimentos classificadas no passivo em 2017 (representados por valores realizados e a realizar), de acordo com a Resolução CFC Nº 1.143/08, que aprovou a NBC T 19.4 - Subvenção e Assistência Governamentais (CPC 07) foram:

Origem	Descrição	2017
Secretaria do Estado de Saúde	TA 02/2017 - Itaim	480
Secretaria do Estado de Saúde	TA 02/2017 - Itaquá	794
Total		1.274
Os valores reconhecidos nas contas de resultados em 2017 referem-se a:		
Origem	Descrição	2017
Secretaria Municipal da Saúde	Contrato R10/2015	179.310
Secretaria Municipal da Saúde	RastsSão Miguel e Itaim	179.310
Secretaria Municipal da Saúde	Contrato R11/2015	285.589
Secretaria Municipal da Saúde	Rasts Itaquera/Guaianases	464.899
Total		1.078.508

encerrado em 31 de dezembro de 2017, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas e Proposta da Administração, com base nos exames efetuados, o Conselho Fiscal, entendendo que as peças acima citadas representam adequadamente a Posição Passiva requerida como parte das Demonstrações Contábeis básicas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião estão adequadamente apresentadas em todos os aspectos relevantes, em relação às Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectar as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do

19. Verba de Investimento Pronon	2017	2016
Descrição		
Com Restrição		
Pronon SIPAR 25000.074672/2015-77	793	117
Total	793	117

O projeto no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica - PRONON em 2017 foram atendidos 76 pacientes, sendo executados 76 procedimentos de acordo com o relatório de execução. Em 2016 30 pacientes foram atendidos e 78 procedimentos realizados.

20. Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas	2017	2016
Descrição		
Despesa financeira		
Juros e multas	(3.647)	(6.760)
Despesas bancárias	(432)	(304)
Subtotal	(4.079)	(7.064)

Receita financeira
 Rendimentos de aplicações
 Juros ativos e descontos obtidos
Subtotal 4.909 12.108
Total 830 5.044

21. Doações Recebidas: As seguintes doações foram recebidas:

Descrição	2017	2016
Doações de materiais e medicamentos	4.000	4.541
Doações de pessoa jurídica	608	1.571
Doações em espécie	125	340
Projeto Adote um Leito	3.121	2.544
Outros	2.970	3.134
Total	10.824	12.130

22. Recursos: Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais em conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas despesas (custeio) e investimentos patrimoniais. **23. Receitas e Despesas:** As receitas e despesas são apropriadas por competência com base em documentação hábil como: avisos bancários, notas fiscais, recibos, contratos e outros em conformidade com as exigências legais e fiscais. É constituída provisão para créditos considerados incobráveis. **24. Compensações:** A Organização utiliza-se do Grupo Compensado em seus livros contábeis para registro e controle das gratuidades concedidas, do custo da isenção da quota patronal de Previdência Social usufruída e para outros controles de interesse da instituição. O valor registrado em 31/12/17 de R\$ 276.662 que está alocado neste grupo não compõe o Ativo e Passivo da Entidade. **25. Seguros (não auditado):** A Instituição, orientada por especialistas, mantém apólices para cobertura de seguros em montantes julgados suficientes para cobrir os eventuais sinistros dos seus bens patrimoniais. **26. Patrimônio Líquido:** Representa o patrimônio inicial da Casa de Saúde Santa Marcelina, acrescido dos Superávits ou diminuído dos Déficits e ajustes apurados anualmente desde a data de sua constituição, bem como de doações e ajustes de avaliação patrimonial. Em 2017 o valor do patrimônio líquido apresentado é de R\$ 36.004, e déficit de R\$ 61.476. Em 2016 o patrimônio líquido era de R\$ 97.289. **27. Concessão de Gratuidades:** Foram concedidas com observância do limite mínimo fixado pelo Artigo 4º, Inciso II da Lei nº 12.101, de 27/11/2009, conforme demonstrativo comparativo, indicado abaixo:

Item	Quantidade	Quantidade
	2017	2016
Quantidade de internações SUS	31.408	31.082
Quantidade de internações convênio e particulares	7.318	7.344
Total das internações do ano	38.726	38.426
Participação no atendimento SUS e não pagantes	81,10%	80,89%

Demonstrativo de Gratuidades e Beneficências

Item	Quantidade	Quantidade	Total
	P. Velho	S. Paulo	2017
Quantidade de internações SUS	4.006	27.402	31.408
Quantidade de internações convênio e particulares	390	6.928	7.318
Total das internações do ano	4.396	34.330	38.726

Participação no atendimento SUS e não pagantes 91,13% 79,82% 81,10%

As Organizações Sociais de Saúde Santa Marcelina, através das suas Unidades Hospitalares do Itaim Paulista, Itaquaquecetuba, Tiradentes, Micro-Região do Itaim Paulista, Micro-Região Tiradentes Guaianases, das Unidades Ambulatoriais AMAS, AME, do PSF e Lote III recebem verbas governamentais para manutenção de custeio e investimentos para garantir o atendimento da população por meio de contratos, convênios, doações e recursos próprios. A Associação nada cobra por seus serviços de gestão e nem usufrui de qualquer benefício ou vantagem, consoante seu estatuto social e previsão legal. **28. Mensuração do Trabalho Voluntário:** Em atendimento à Resolução CFC, de 21 de setembro de 2012 que aprova a NBC ITG 2002- Entidades sem Finalidade de Lucros, onde interpreta que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela entidade. O registro dos montantes foi contabilizado em 2017 nas rubricas de serviços voluntários de receita e despesa e não altera o superávit/déficit do exercício. A mensuração dos trabalhos voluntários de Governança foi feita nas informações divulgadas por meio de Remuneração dos Administradores divulgadas pelo mercado de trabalho. E as atividades dos voluntários não ligados à governança são desenvolvidas por uma equipe de coordenação, denominada "Toque Voluntário".

Descrição	2017	2016
Governança Cooperativa	2.828	4.320
Grupo Toque Voluntário	728	605
Total	3.556	4.925

Ir. Rosane Ghedin - Diretora Presidente
Luís Roberto Teles - Contador - CRC1SP182.786/0-8

trimonial e Econômica da Organização e que estão em conformidade com as disposições legais pertinentes à matéria, por unanimidade de seus membros, opina favoravelmente à aprovação integral e sem qualquer ressalva, dos referidos documentos pela Assembleia geral deste Conselho. São Paulo, 31 de janeiro de 2018. Irmã Giuseppina Raineri; Irmã Maria Theresa Lorenzoni; Irmã Carla Rosimeire Felix.

que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão